



# CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

## PROJETO DE LEI 19/2020

Dispõe sobre a obrigatoriedade de informar à gestante o direito ao acompanhante durante o trabalho de pré-parto, parto e pós-parto no âmbito do município de Corumbá.

**A CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL APROVA A SEGUINTE LEI:**

**Arte. 1º** Ficam obrigados os médicos obstetras a informarem à gestante, na primeira e última consulta pré-natal, sobre o seu direito à presença de acompanhante durante o trabalho de pré-parto, parto e pós-parto.

**Arte. 2º** Deverá constar, nos exames de Beta HCG, o seguinte aviso:

“É direito do parturiente ter um acompanhante no momento do trabalho de pré-parto, parto e pós-parto imediato.”, Conforme Lei Federal nº 11.108, de 7 de abril de 2005.

**Parágrafo Único** - A informação a que se refere este artigo deve estar disposta de forma visível e legível.

**Arte. 3º** Os hospitais e clínicas informar às parturientes, por escrito, no ato da entrada, ao preencher os formulários de internação, sobre o direito de serem assistidas por pessoa, por ela designada, não pré-parto, parto e pós-parto.

**Parágrafo Único** - Em caso de recusa ao acompanhante por parte do parturiente, deve ser o motivo em formulário.

**Arte. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

CORUMBA/MS, 23 de Novembro de 2020

---

Yussef El Salla  
Vereador(a)





**CÂMARA MUNICIPAL DE CORUMBÁ**  
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL  
RUA GABRIEL VANDONI BARROS

**JUSTIFICATIVA**

**Justificativa**

O direito das gestantes de terem um acompanhamento na hora do parto é previsto pela Lei Federal 11.108 / 2005, que conferiu nova redação ao art. 19 da Lei 8090/90 e aprendizagem que os serviços de saúde do SUS (rede própria ou conveniada) ficam obrigados a permitir a presença de um acompanhante junto à parturiente durante todo o período de trabalho de pré-parto, parto e pós-parto imediato .

Contudo, com frequência observa-se gestantes que são impedidas de ter um acompanhante no momento do parto. Com a conscientização da Lei Federal 11.108 / 2005, as mulheres colhendo seus direitos e ter um parto mais tranquilo, com quem escolheu ao seu lado.

Diante do exposto, peço aos meus pares a aprovação do Projeto em tela.

---

Yussef El Salla  
Vereador(a)

